

DE BRAÇOS CRUZADOS

Desemprego limita iniciativa de grevistas

Por medo de perder a vaga de trabalho, profissionais sujeitam-se a situações como dormir na empresa



Renato Stockler/Folha Imagem

DA REPORTAGEM LOCAL
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

“Há uma cultura no Brasil de que o empregado não pode questionar o empregador.” Com essa frase, o advogado trabalhista Eli Alves da Silva define a situação vivida diariamente por trabalhadores, que deixam de lutar por seus direitos com medo de perder o emprego ou de sofrer represálias.

“Diante da situação do mercado de trabalho, o funcionário acaba se sujeitando a situações que chegam a ser desumanas e que ele não deveria aceitar”, opina.

A análise do advogado ilustra bem a situação pela qual passou recentemente o bancário S.L., 37, que trabalha há oito anos na mesma instituição financeira e sempre aderiu às greves da categoria.

Ele afirma ter sido obrigado pelo banco —juntamente com outros 20 colegas— a chegar às 19 horas do dia anterior à última paralisação dos bancários, ocorrida entre 6 e 12 de outubro, para passar as noites na empresa e trabalhar nos dias seguintes. Assim, não seria impedido pelos manifestantes e pelo sindicato de entrar no local pela manhã.

“Dormíamos no chão ou em cadeiras. Saíamos só para tomar banho em casa e trocar de roupa e já em seguida tínhamos de voltar para o banco”, lembra. “A represália tem sido cada vez mais abusiva. É triste, mas quem fala mais alto é sempre quem tem mais poder”, lamenta o bancário.

O resultado, no entanto, foi positivo aos grevistas. Com as negociações, a categoria recebeu reajuste salarial de 6%, abono de R\$ 1.700 e PLR (Participação nos Lucros e Resultados da empresa) de R\$ 800, além de, no caso dos empregados de bancos privados, bônus equivalente a 80% dos vencimentos. “Quanto maior a mobilização da categoria, maior o resultado”, diz o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e Região, Luiz Cláudio Marcolino.

Sem aulas

Paralisados desde 22 de setembro, professores das Faculdades Piratininga queixam-se de não receber direitos básicos, como re-

gistro em carteira profissional. Professor da instituição há um ano e meio, Luís Paulo (nome fictício), 44, participa pela primeira vez de um movimento grevista. “Abomino greves, mas a condição à qual estamos sendo submetidos atinge até a nossa dignidade. É como se não tivéssemos qualificação alguma”, justifica.

O acadêmico relata que o salário era pago sempre com atraso. “Para receber, era preciso procurar o departamento pessoal e sujeitar-se à boa vontade deles. Não temos holerite e, por isso, precisamos calcular o salário com os descontos para poder programar as finanças pessoais”, conta.

De acordo com a advogada das Faculdades Piratininga, Priscila Andrade, os problemas atuais são decorrentes da antiga mantenedora da instituição. Mas ela confirma a inexistência de registro na carteira de trabalho dos professores. “Existe uma tentativa de negociar com os docentes, porém não achamos abertura para isso.”

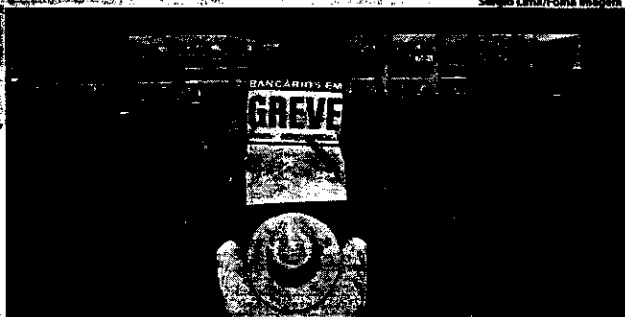
Caminhos alternativos

O segmento dos comerciários encontrou outra forma de expressar as insatisfações da categoria: pequenas manifestações e distribuição de panfletos que informam os direitos dos trabalhadores. A mobilização acontece, em geral, a partir da acusação contra alguma empresa ao sindicato.

A denúncia é feita pelo próprio trabalhador, mas geralmente é anônima. Checamos para ver se o relato é procedente e, constatada a irregularidade, nossos militantes comparecem à empresa para convocar uma reunião com representantes da firma e com o advogado do sindicato”, explica o diretor do departamento jurídico do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, Antonio Evanildo Ribeiro Cabral. Só neste ano foram feitas 602 denúncias à instituição.

Caso a empresa não compareça ao encontro, a entidade organiza os militantes, que colocam faixas com críticas à atuação dos empregadores e distribuem folhetos explicativos. “Quanto menos informação tem o trabalhador, melhor para a empresa, que pode explorá-lo mais facilmente”, pondera.

Acima, assembleia de professores das Faculdades Piratininga, realizada na última quinta, para debater a greve; à direita, manifestação de bancários realizada em Brasília (DF)



Sérgio Lima/Folha Imagem

Funcionário público quer novo direito

DA REPORTAGEM LOCAL

Com 185 greves, os funcionários públicos e os trabalhadores de empresas estatais somaram, em 2004, quase 20 mil horas de paralisação —cinco vezes mais que os do setor privado.

Porém a principal diferença entre os setores não é o número de greves —e sim suas motivações. Na esfera pública, 71% das manifestações de funcionários têm caráter de interesse: o foco é a conquista de novos direitos.

Já no âmbito privado, 68,5% das paralisações reclamam o cumprimento de um direito, como atraso

de salários. Protesto e solidariedade são os outros impulsionadores de greves, que somam pouco menos de 10%, segundo o Dieese.

Por não afetarem diretamente o bolso do empregador —no caso, o governo—, as paralisações na esfera pública tendem a se estender por um período bem maior. “A greve dos funcionários públicos não toca em interesses econômicos, mas em questões sociais”, define o professor Ricardo Antunes, da Unicamp. “A greve só não interessa ao empregador quando a produção está a mil”, completa o advogado trabalhista João José Sady, referindo-se ao descaso

muitas vezes enfrentado pelos trabalhadores nas negociações.

“A conjunção de diversos elementos —desde setoriais, com empresas mais enxutas e flexíveis, até a reestruturação de sindicatos e a individualização do trabalho— tem levado à queda no número de greves. Mas não significa que continuará assim: elas estão voltando com outras características”, anuncia Antunes.

“A tendência é que este ano acompanhe os números de 2004, podendo até mesmo diminuir [o número de paralisações]”, avalia Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese. (AR)